



### Carta de Porto Alegre

Os participantes da XII Reunião da ANPEd Sul, ocorrida na UFRGS, em Porto Alegre, entre os dias 23 e 26 de julho de 2018, vêm por meio desta carta manifestar sua profunda indignação contra os graves retrocessos políticos ocorridos a partir do golpe jurídico-parlamentar-midiático de 2016. A deposição da presidente legitimamente eleita pela nação brasileira confirma o estado de exceção – agressão direta aos direitos humanos e sociais, conquistados por meio de organização e luta. Urge que nós as retomemos, atualizando nossas pautas e formas de resistência.

O processo em curso no Brasil está profundamente vinculado ao neoliberalismo globalizado e à lógica colonizadora, que invade os âmbitos social, político e, especialmente, educacional do país. A lógica empresarial afronta o Estado e as políticas sociais, destruindo a noção de público, de ação pública e de serviço público, e destituindo o Estado de seus compromissos sociais e educacionais. Neste contexto, é a própria educação, compreendida desde a Modernidade como um bem público de direito a todos, que se vê sob forte ameaça. Desse modo, as instituições de ensino, incluindo as universidades, estão sendo pressionadas a agirem de acordo com os fins lucrativos da economia global de mercado, abandonando, cada vez mais, o seu compromisso com a produção e socialização do conhecimento e com o desenvolvimento de todas as capacidades humanas. Elas têm sido impedidas, pois, de contribuir com a construção de uma outra ordem social, igual, solidária e justa para todos e para todas.

A ANPEd, em seus diferentes Fóruns e instâncias e representando a Pós-Graduação educacional brasileira, caracteriza-se, historicamente, pela defesa decidida de um Estado nacional comprometido com suas finalidades e funções públicas, voltado para o desenvolvimento de amplas políticas sociais. Também se coloca sempre em defesa da educação como um bem público e um direito inalienável de todos os cidadãos e cidadãs brasileiras. Ora, justamente no contexto de enormes retrocessos da noção pública, tanto de Estado como de Educação, é que se torna ainda mais urgente a organização e luta da Pós-Graduação brasileira e de suas Associações.

Nestes termos, vimos reafirmar, como participantes da XII Reunião da ANPEd Sul, nossa manifestação contrária:

1. À redução calamitosa do financiamento público da educação acompanhada pela privatização crescente da educação, tanto em nível superior como na educação básica.
2. Ao aspecto fortemente prescritivo da reforma do Ensino Médio, o qual cria visíveis obstáculos contra as perspectivas críticas e pluralistas de Educação, objetivando formar novas gerações com base na homogeneidade harmônica e obediência passiva.
3. Ao enfraquecimento de políticas de promoção de igualdade; de respeito e diálogo com grupos minoritários; de participação de movimentos sociais indígenas, quilombolas, de

- povos do campo, de povos das águas, de povos tradicionais, negros, de surdos e surdas, de pessoas com deficiência, LGBTQI, entre outros; de promoção dos Direitos Humanos.
4. Ao controle jurídico que os e as docentes de todos os níveis de ensino estão sofrendo por conta da disseminação fundamentalista que se instala por meio das câmaras de vereadores que, nesse momento, compreendem-se com mais expertise dos conhecimentos escolares do que o corpo docente nacional desse país.
  5. À tentativa de controle do fazer da escola pela aprovação de uma Base Nacional Curricular Comum, que tem guiado inclusive modificações nos Livros didáticos e no Sistema de Avaliação da Educação Básica.
  6. À aprovação em diferentes municípios da chamada “lei da mordada” que tem gerado a criminalização de um conjunto de ações docentes, provocando uma campanha de “medo” no exercício da docência.
  7. Às mudanças silenciosas que têm ocorrido no Sistema Nacional de Pós-graduação, a partir de editais e outras propostas, modificando a forma de financiamento para ações de internacionalização das universidades e da pós-graduação. Tais editais recomendam países específicos para intercâmbios, exigem exames de proficiência em inglês independente da língua do país, entre outros aspectos.
  8. À crescente onda de violência contra professores e estudantes que têm organizado movimentos de resistência e de manifestação social e política.

Todos estes enormes retrocessos são capitaneados por uma elite brasileira, corporativista e corrupta, que, sem nenhum projeto democrático de nação, devolve o país ao atraso de décadas e séculos. Isso tudo reivindica de nós, urgentemente, uma ação propositiva, fazendo aumentar nossa força organizativa e de luta em defesa de um outro mundo possível, no qual possamos viver juntos de maneira mais feliz, em respeito indistintamente a todas pessoas e ao meio ambiente. Nesse sentido, reafirmamos algumas de nossas principais formas de resistência:

- a) O papel vigilante e propositivo da ANPEd e também sua função mobilizadora e potencializadora de resistências coletivas contra políticas e ações governamentais educacionais que afrontam a ideia democrática de educação, como, por exemplo, o dia D estabelecido pelo MEC para discutir a BNCC, a ocorrer no dia 2 de agosto do corrente ano.
- b) A organização por coletivos de docentes, estudantes, secretárias e secretários, que contribuem na visibilidade e organicidade das nossas especificidades no âmbito do sustento da pesquisa em nosso país tanto no que se refere à pesquisa quanto ao ensino da Pós-Graduação.
- c) A produção crítica e formativa e sua socialização para gestores, técnicos, docentes e estudantes envolvidos na Educação Básica, com o intuito de auxiliar no processo de resistência cotidiana.
- d) A necessidade de articulação constante entre diferentes Associações que representam a pesquisa e a Pós-Graduação em Educação brasileira, objetivando se contrapor aos direcionamentos que significam retrocessos para o Sistema Nacional de Pós-Graduação.

Porto Alegre, 25 de julho de 2018.